

TOMADA DE POSIÇÃO

PROFESSORES EXIGEM PARTICIPAR NA DECISÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS E REAFIRMAM A SUA REJEIÇÃO DE UMA EVENTUAL ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS CURRICULARES E PEDAGÓGICAS E DE GESTÃO DE PESSOAL DOCENTE

Opção questionada em muitos países onde foi adotada, pelos nefastos e perversos resultados apresentados em termos de igualdade de oportunidades e qualidade do ensino, pelo acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios, do descomprometimento do Estado no que se refere ao financiamento e responsabilidades sociais, do reforço do controlo sobre as escolas e de um aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores, **o Governo pretende, agora, caminhar no sentido da municipalização já no próximo ano letivo de 2014/15**. Notícias recentemente vindas a público, e confirmadas em reunião do Sindicato dos Professores do Norte com a Câmara Municipal de Matosinhos em 7 de julho, dão conta de que esse processo tem vindo a ser negociado entre o MEC e as autarquias, a partir de um documento enquadrador do Governo mantido em grande segredo e **sem que os professores e as escolas tenham sido chamados a participar nesse debate**, como se impunha.

A transferência de competências para o nível local e para as escolas podia ser equacionada num outro contexto, de descentralização da Administração Educativa, através da criação de níveis intermédios de administração, tal como preconiza a Lei de Bases do Sistema Educativo. Contudo, essa nunca foi a opção dos sucessivos Governos. **Noutro sentido, a municipalização é assumida no Guião da Reforma do Estado** (documento “Um Estado Melhor”, aprovado pelo Conselho de Ministros em 8 de maio de 2014), a par de outras medidas – a criação de escolas “independentes”, o alargamento dos contratos de associação ou a implementação do cheque ensino – que, a serem concretizadas, terão um forte impacto na **desestruturação e desregulação do sistema público de educação**, com a consequente desresponsabilização do Estado pela promoção e financiamento de uma educação pública de qualidade para todos.

A este respeito, importa ter em conta que **a participação dos municípios na educação é realizada num país muito desigual**, onde existe uma **grande diversidade de práticas municipais**, patente, por exemplo, na elaboração das cartas educativas, mas também na operacionalização das AEC, entregue por vários municípios a empresas privadas. Por outro lado, as **identificações partidárias e as relações pessoais e políticas entre autarcas e governantes** são por vezes usadas para o exercício da influência política local, colocando os municípios à mercê de lógicas que nem sempre servem os interesses das comunidades educativas.

Neste contexto, **é com profunda preocupação que os professores e educadores portugueses e as suas organizações representativas veem a possibilidade de alguns municípios virem, a título experimental, a avançar no sentido da municipalização da Educação**, aderindo ao programa PAE (Programa Aproximar Educação) do MEC, que, no essencial, pretende concentrar nas autarquias um conjunto de competências nas áreas das Políticas Educativas, da Administração das Escolas/Agrupamentos de Escolas, do Currículo, da Organização Pedagógica e Administrativa e da Gestão de Recursos.

A disponibilidade de alguns municípios em aprofundar este processo parece ignorar que, **em Portugal, o histórico da transferência de competências para as autarquias** se traduziu sempre em **problemas de financiamento**, tendo como consequência a **insuficiência de recursos humanos e materiais** e **fragilidades nas respostas ao nível autárquico**. Não surpreende, por isso, que o **Relatório Final da Avaliação da Descentralização de Competências de Educação para os Municípios**, a respeito dos 113 Contratos de Execução assinados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008 – alguns entretanto já denunciados –, refira também a existência de problemas a este nível, quer relativamente à verba enviada pelo MEC para a construção/manutenção dos equipamentos escolares (vista pelos autarcas como insuficiente), quer ao rácio definido pela portaria que atribui um dado número de funcionários não docentes (que, para a maior parte dos municípios, ficou aquém das necessidades).

Para além disso, é no mínimo discutível que não sejam tidas em conta as conclusões desta **avaliação, encomendada ao Instituto Universitário de Lisboa** e cujo relatório final foi editado pelo MEC em abril de 2012. Para além das questões do financiamento, são também identificados **problemas na gestão do pessoal não docente**, nomeadamente “tensões entre as câmaras e as escolas decorrentes de ambivalências geradas em relação à gestão e à responsabilização pelos recursos humanos”. Pese embora o facto de se tratar de uma área problemática, o Governo pretende agora avançar para a gestão do pessoal docente, **centralizando no município o processamento dos salários dos professores** e, pasme-se, premiando as câmaras que trabalhem com um número de docentes inferior ao tido como necessário para o respetivo universo escolar! Acresce ainda a intenção declarada de abrir a porta à contratação dos docentes pelas autarquias, para já *apenas* para “projetos específicos de base local”.

Face a esta situação, os professores e educadores do **concelho de Matosinhos**, reunidos na **Escola Básica de Matosinhos**, no dia 8 de julho de 2014, reconhecendo o papel essencial que o município, enquanto parceiro, tem de desempenhar no processo de construção de políticas educativas locais:

- **Alertam para os riscos associados à municipalização da educação, sobretudo num país onde existem territórios municipais com diferentes graus de desenvolvimento económico e social e onde a educação nem sempre é vista como uma prioridade;**
- **Exigem que qualquer processo de transferência de novas responsabilidades do Governo para o Poder Local, por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas da comunidade educativa, designadamente dos docentes.**
- **Manifestam-se contra a interferência das autarquias na organização curricular e pedagógica das escolas e rejeitam em absoluto a transferência de qualquer competência para os municípios relativa ao pessoal docente, designadamente recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela.**

Os professores presentes declaram-se ainda disponíveis para promover debates nas Escolas/AE de que fazem parte, intervindo também junto dos respetivos Conselhos Gerais para que, enquanto órgãos responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento/Escola, tomem posição relativamente a este projeto de municipalização e dela deem conhecimento aos órgãos autárquicos, às Associações de Pais/EE, ao MEC e às organizações representativas dos professores.

Tomada de posição aprovada por unanimidade pelos mais de 250 educadores e professores presentes na reunião.